



**Responsabilidade Civil Profissional**  
Condição Especiais para Órgãos de  
Administração e Fiscalização

# Responsabilidade Civil para Órgãos de Administração e Fiscalização

## Condições Especiais

Este contrato de seguro garante a responsabilidade civil imputável aos membros dos órgãos de administração e fiscalização de sociedades comerciais, de acordo com o legalmente exigível no Código das Sociedades Comerciais conforme artigos 396.º e 418.º-A, no que à obrigação de segurar a responsabilidade emergente do exercício de funções de administração e fiscalização de sociedades comerciais diz respeito. Aplicam-se a este módulo de cobertura as condições e disposições gerais e as condições especiais seguidamente descritas.

### Definições especiais para esta secção

#### Acto Prejudicial

Qualquer acto ilícito praticado ou alegadamente praticado, incluindo a tentativa, erro ou omissão, por uma **pessoa segura** no exclusivo exercício das suas funções como membro dos órgãos de administração ou fiscalização da **Sociedade**, nomeadamente:

1. a violação de um dever;
2. negligência, declaração enganosa ou representação negligente;
3. não apresentação da declaração de insolvência da **Sociedade**;
4. violação de um despacho ou de um mandato emitido por uma Autoridade; ou

qualquer outro ato, erro ou omissão, pelo qual uma **pessoa segura** seja solidariamente responsável, emergente da sua qualidade de membro dos órgãos de administração ou fiscalização da **Sociedade**.

#### Custos de Defesa

Honorários, custos e demais despesas razoáveis e necessárias, incorridos pela **pessoa segura** com o **nosso** consentimento prévio, por escrito, para investigar, regularizar ou se defender de qualquer **reclamação**, ou para interpor um recurso (incluindo qualquer quantia paga a título de caução no âmbito de um recurso, ou outro instrumento equivalente) de qualquer sentença, decisão ou outro título, com origem em qualquer **reclamação**.

#### Custos de Caução

Custos incorridos pela **pessoa segura**, com o **nosso** consentimento prévio, por escrito, necessários à prestação de uma caução ou outro instrumento financeiro exigido legalmente, que tenha por finalidade garantir a responsabilidade civil da **pessoa segura**, emergentes de uma **reclamação**.

#### Pessoa Segura

A pessoa que é, durante o **período do seguro**, membro dos órgãos de administração ou de fiscalização da **Sociedade**, legalmente nomeada e registada para o exercício dessas funções.

Excluem-se desta definição os auditores externos da **Sociedade**, os liquidatários, os administradores judiciais, procuradores ou quaisquer outras pessoas ou entidades com funções comparáveis a estas.

#### Prejuízos

O montante pelo qual qualquer **pessoa segura** se torne civilmente responsável e seja legalmente obrigada a pagar, em consequência de uma **reclamação**, incluindo as indemnizações por danos na sequência de uma sentença judicial ou arbitral transitada em julgado ou que resulte de acordo celebrado com o **nosso** consentimento prévio, por escrito.

Não serão considerados prejuízos quaisquer coimas, multas ou penalizações civis, administrativas, criminais ou processuais, impostos e taxas e os respetivos juros de mora, bem como quaisquer remunerações ou benefícios remuneratórios das próprias **peçoas seguras**. Ficam ainda excluídas as indemnizações ou sanções de natureza punitiva, sancionatória ou compulsória ou quaisquer múltiplos ou frações das mesmas.

#### Reclamação

Qualquer comunicação ou pedido por escrito, ou qualquer notificação, procedimento ou ação civil e judicial, realizada pela primeira vez contra uma **pessoa segura** durante o **período do seguro**, com a finalidade de obter uma indemnização patrimonial ou outra compensação, por **prejuízos** decorrentes de um **ato prejudicial**.

#### Retroatividade

A data a partir da qual ficam garantidos os **atos prejudiciais** geradores de responsabilidade e cobertos ao abrigo desta **apólice**, correspondente para cada **pessoa segura** à data de eleição ou de nomeação da mesma como órgão de administração ou fiscalização da **Sociedade**.

#### Segurado/Você

A **pessoa segura** identificada nas **condições particulares**.

### Sociedade

A sociedade comercial identificada nas **condições particulares**, na qual a **pessoa segura** exerce as funções de membro dos órgãos de administração ou fiscalização.

### O que está coberto

Reclamações contra a Pessoa segura

Nós pagaremos, por conta de qualquer **pessoa segura**, os **prejuízos** emergentes de qualquer **reclamação** apresentada contra uma **pessoa segura** pela primeira vez durante o **período do seguro**, resultantes de qualquer **ato prejudicial** praticado dentro dos **limites territoriais**, até ao limite de indemnização fixado nas **condições particulares** desta **apólice**.

Pagaremos também os **prejuízos** emergentes de qualquer **reclamação** apresentada contra uma **pessoa segura**, resultantes de qualquer **ato prejudicial** que a mesma não tenha cometido, mas pelo qual seja legal ou solidariamente responsável devido à sua qualidade de membro do órgão de administração ou fiscalização da **Sociedade**.

Custos de defesa e de caução

Nós pagaremos, por conta de qualquer **pessoa segura**, os **custos de defesa** e/ou os **custos de caução** emergentes de uma **reclamação** coberta ao abrigo desta **apólice** e apresentada contra uma **pessoa segura**, por um **ato prejudicial** praticado dentro dos **limites territoriais**.

O limite máximo que pagaremos para esta cobertura é de €50.000,00 por **período de seguro**. Este limite é adicional ao limite de indemnização indicado nas **condições particulares** para esta **apólice**.

### O que não está coberto

Nós não efetuaremos qualquer pagamento por qualquer **reclamação**, **prejuízos** ou **custos de defesa** e/ou **custos de caução**:

Circunstâncias conhecidas ou Reclamações anteriores

1. Baseadas em, atribuíveis a ou emergentes de qualquer **reclamação** ou circunstâncias anteriores ao início do **período do seguro** e das quais a **pessoa segura** já tivesse conhecimento ou já tenha sido notificada à data de contratação desta **apólice**, ou que tenha sido participada a qualquer seguro em vigor ou terminado antes dessa data.

Litígios prévios

2. Baseados em, atribuíveis a ou emergentes de qualquer litígio prévio ou pendente, assim como ações ou procedimentos judiciais ou investigações oficiais pendentes à data da contratação desta **apólice** (incluindo alegações com fundamento nos mesmos factos ou em factos semelhantes), envolvendo a **pessoa segura**, iniciados anteriormente à "Data de Continuidade" indicada nas **condições particulares** para processos de litígio anterior e pendente.

Outros atos

3. Baseadas em responsabilidades não seguráveis por lei, nomeadamente a criminal e disciplinar, ou em atos que não correspondam à violação pela **pessoa segura** de deveres inerentes ao exercício de funções de membro dos órgãos de administração ou fiscalização.

### Disposições especiais para esta secção

Disposições específicas

As definições, disposições e as condições para a reclamação de sinistros, definidas nas Condições Gerais, aplicam-se na totalidade aos **segurados**.

Fica acordado que o **Tomador do seguro** concorda atuar por conta de todas as **pessoas seguras**, no que respeita ao pagamento dos prémios de seguro e às comunicações obrigatórias entre as partes.

Fica convencionado que **nós** não podemos invocar a ocorrência de uma sucessão de sinistros no mesmo **período de seguro** para efeitos de resolução desta **apólice**, derrogando o exposto na secção "Cessaçao do Contrato" das Condições Gerais.

## Responsabilidade Civil para Órgãos de Administração e Fiscalização

### Condições Especiais

Informação disponibilizada por uma Pessoa segura

Toda a informação que qualquer **pessoa segura nos** facultou, antes de **nós** aceitarmos este seguro, será considerada separadamente, para cada **pessoa segura**. Qualquer informação facultada por uma **pessoa segura**, não será imputada a outra **pessoa segura**, na determinação da existência de cobertura disponível para qualquer **reclamação** contra essa outra **pessoa segura**.

Extensão automática do período de reclamação

O **segurado** terá sempre direito a um período adicional de reclamação de 365 dias após a data termo da **apólice**, para **atos prejudiciais** cometidos ou alegadamente cometidos durante o **período do seguro**, desde que este contrato de seguro não seja substituído ou sucedido por qualquer outro contrato que garanta a responsabilidade civil de administradores e membros de órgãos de fiscalização.

O limite de indemnização para esta extensão automática do período de reclamação é parte integrante, e não adicional, ao limite de indemnização indicado nas **condições particulares**.

Período adicional para Pessoas seguras cessantes

Para a **pessoa segura** que antes do termo do **período do seguro** cesse as suas funções de membro dos órgãos de administração ou fiscalização da **Sociedade**, será concedido automaticamente e sem cobrança de prémio adicional, um período adicional de reclamação equivalente ao período de tempo que mediar entre a data efetiva de cessação de funções e o fim do ano civil seguinte, exceto se:

1. as **reclamações** apresentadas tenham origem num **ato prejudicial** praticado ou alegadamente praticado, após a data efetiva de cessação de funções da **pessoa segura**;
2. a **apólice** tenha sido cancelada por motivos de não pagamento do prémio.

O limite de indemnização para este período adicional de reclamação é parte integrante, e não adicional, ao limite de indemnização total indicado nas **condições particulares**.

### Quanto é que nós pagaremos

O máximo que **nós** pagaremos pelo total de todas as **reclamações**, é o limite de indemnização indicado nas **condições particulares** por cada **pessoa segura**, independentemente do número de **reclamações** efetuado.

**Nós** pagaremos ainda os **custos de defesa** e/ou **custos de caução** até ao limite indicado nas **condições particulares**.

Cada **reclamação** será considerada como feita pela primeira vez ao abrigo desta **apólice**, quando **nós** recebermos a notificação formal da primeira **reclamação** realizada contra a **pessoa segura**. Quaisquer **reclamações** ou **prejuízos** que sejam emergentes do mesmo facto ou **acto prejudicial**, serão consideradas como se de uma única **reclamação** se tratasse, incluindo as **reclamações** realizadas após o termo do **período do seguro**.

### Direito de Regresso

Fica reconhecido o **nosso** incondicional direito de regresso contra a **pessoa segura**, até aos montantes pagos ao abrigo desta **apólice** por qualquer **reclamação**, **prejuízo** ou **custos de defesa** e/ou **custos de caução**:

Atos dolosos

Baseados em ou emergentes de:

- a. um ato ou omissão desonestos, fraudulentos ou maliciosos, ou violação intencional ou dolosa de qualquer norma legal ou estatutária, praticados pela **pessoa segura** ou por pessoas por quem esta seja civilmente responsável; ou
- b. um ato praticado com intenção de assegurar, ou que efetivamente assegure, lucro ou benefícios pessoais, ao qual a **pessoa segura** não tivesse legalmente direito; ou
- c. um ato praticado com intenção de assegurar, ou que efetivamente assegure, lucros ou benefícios para qualquer outra empresa onde a **pessoa segura** exerça simultaneamente as funções de administrador ou de membro do órgão fiscalizador;

desde que o referido em a. b. ou c. acima seja determinado após sentença de condenação transitada em julgado ou outra decisão definitiva, ou quando haja uma confissão pela **pessoa segura** de que o ato efetivamente ocorreu.

Lesões corporais e danos materiais

Emergente de qualquer perturbação psíquica ou emocional, doença ou patologia física, lesão corporal ou morte de qualquer terceiro e danos morais associados; ou a perda, o dano ou destruição de qualquer bem corpóreo pertença de um terceiro, incluindo a perda da posse ou do uso desse bem.

---

### As suas obrigações

#### Notificação

1. Sujeito aos termos e condições previstos nas Condições Gerais sob a secção “Condições Gerais para a reclamação de sinistros”, o **Segurado** obriga-se a comunicar-**nos** por escrito as seguintes circunstâncias no mais curto espaço de tempo, no máximo até 30 dias após o termo do **período do seguro** ou da extensão automática do período de reclamação ou do período adicional para pessoas seguras cessantes, quando aplicável:
  - a. A primeira vez que uma **pessoa segura** tomou conhecimento de um **ato prejudicial**.  
Se **nós** aceitarmos a notificação da **pessoa segura**, **nós** trataremos qualquer **reclamação** subsequente como já tendo sido notificada ao abrigo desta **apólice**.
  - b. Qualquer ameaça de **reclamação** contra uma **pessoa segura**.
  - c. A abertura de quaisquer processos de contraordenação ou infração instaurados contra a **pessoa segura** ou a **Sociedade**, ou quaisquer investigações iniciadas por organismos reguladores.
  - d. O começo de quaisquer procedimentos tendentes à destituição ou desqualificação de uma **pessoa segura** das suas funções.
  - e. Qualquer ameaça para interpor ações contra uma **pessoa segura** por violação de qualquer legislação.
2. A **pessoa segura** pode notificar-**nos** de qualquer circunstância que possa razoavelmente esperar que dê origem a uma **reclamação**, indicando as razões que levaram a essa expectativa, incluindo detalhes completos no que respeita a datas e às pessoas envolvidas.
3. Se qualquer **pessoa segura**, antes do **período do seguro**, tinha conhecimento de qualquer erro ou omissão na informação que **nos** concedeu e na qual **nos** baseámos para aceitar segurar a mesma, essa **pessoa segura** deixará de ter cobertura ao abrigo desta **apólice**.

#### Agravamento do risco

4. De acordo com o exposto nas Condições Gerais desta **apólice** sob a secção “Alteração do Risco”, o **Segurado** tem o dever de **nos** informar da verificação das seguintes circunstâncias:
  - a. envolvimento da **Sociedade** em algum processo de fusão ou consolidação com outra empresa ou grupo de empresas;
  - b. qualquer empresa ou grupo de empresas adquira o direito de exercer mais de 50% dos direitos de voto da **Sociedade** ou a faculdade de eleger a maioria dos administradores;
  - c. sujeição da **Sociedade** ao regime previsto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais;
  - d. apresentação de insolvência, liquidação, administração judicial ou pedido de protecção de credores da **Sociedade** ou pedido de falência da **pessoa segura**;
  - e. intenção de realizar uma oferta pública ou privada de valores mobiliários em qualquer mercado, regulamentado ou não;
  - f. conhecimento da abertura a uma **pessoa segura** ou à **Sociedade** de quaisquer processos judiciais, referentes à violação de qualquer legislação, nomeadamente em matéria de concorrência, de ambiente, de valores mobiliários ou laboral, que possam implicar a aplicação de sanções de natureza punitiva ou a interdição de exercício de funções.

---

### Controle de defesa e pagamento de uma reclamação

Qualquer **pessoa segura** deve dar-**nos** a informação necessária e prestar-**nos** toda a colaboração que **nós** possamos razoavelmente requerer e tomar todas as medidas necessárias de modo a defender qualquer **reclamação**, com o **nosso** conhecimento e aprovação prévios, por escrito. A **pessoa segura** não deve tomar qualquer medida que possa prejudicar a **nosssa** posição.

A **pessoa segura** pode, desde que com o **nosso** consentimento prévio, por escrito, nomear um seu representante legal. Quando a **reclamação** for feita contra mais do que uma **pessoa segura** por um terceiro, deve ser utilizado o mesmo representante legal, excepto se houver um conflito de interesses entre essas **pessoas seguras**.

## **Responsabilidade Civil para Órgãos de Administração e Fiscalização**

### **Condições Especiais**

Se não for possível obter o **nosso** consentimento prévio, antes da **pessoa segura** incorrer em **custos de defesa** e/ou **custos de caução**, **nós** daremos consentimento retroativo a esses custos, desde que tal seja solicitado e concedido no prazo de 14 dias, a partir da data em que se incorreu nesses custos pela primeira vez e desde que cobertos ao abrigo desta **apólice**.

**Nós** temos o direito de participar integralmente na defesa de qualquer **reclamação**, incluindo a condução da defesa ou a negociação de qualquer pagamento, devendo nesse caso a **pessoa segura** praticar todos os atos necessários para o efeito.

Em caso de desacordo com a **pessoa segura**, quanto ao prosseguimento da defesa de uma **reclamação**, reservamo-**nos** no direito de pagar a totalidade dos valores reclamados pelos terceiros lesados e declinaremos qualquer responsabilidade em pagamentos futuros e respetivos **custos de defesa** e/ou **custos de caução**.

**Nós** pagaremos os **custos de defesa** cobertos por esta **apólice** à medida que os mesmos forem incorridos, antes da resolução final de qualquer **reclamação**. A **pessoa segura** deve reembolsar-**nos** de quaisquer **custos de defesa** e/ou **custos de caução** pagos, quando seja decidido que estes não são devidos ao abrigo desta **apólice**.

Se for feita uma **reclamação** que não esteja integralmente coberta pelas condições desta **apólice** e/ou for feita contra uma **pessoa segura** e simultaneamente contra qualquer outra pessoa que não seja uma **pessoa segura**, **nós** e a **pessoa segura** devemos envidar esforços para acordar uma distribuição justa entre **prejuízos** cobertos e não cobertos por este contrato.